

ESPAÇO E MEMÓRIA: FAMÍLIAS RIBERINHAS FRENTE À CONSTRUÇÃO DE BELO MONTE

Elizabete de Lemos Vidal (UFPA)

vidal@ufpa.br

Carlos André Pinheiro (UFPI)

andre.pinheiro@yahoo.com

Introdução

1. Espaço e memória

Ecléa Bosi inicia sua tese *Memória e sociedade: lembranças de velhos* citando a abertura do primeiro capítulo de *Matière et Mémoire*, no ponto em que Henri Bergson declara: “Iremos fingir por um instante que não conhecemos nada das teorias da matéria e das teorias do espírito, nada das discussões sobre a realidade ou a idealidade do mundo exterior”. Entretanto, ao contrário do filósofo, Ecléa Bosi não cede a essa tentação, como ela mesma afirma: “Seria uma agradável tentação [...] ignorar tudo quanto a psicologia tem dito, em seus mais de cem anos de vida oficial, sobre a memória”. (BOSI, 1994, p. 43). Sob essa perspectiva, o que nos interessa, neste artigo é a rica fenomenologia da lembrança.

Assim como a rica fenomenologia da lembrança que Henri Bergson persegue em sua obra é importante para o desenvolvimento e comprovação da pesquisa de Ecléa Bosi sobre *as lembranças de velhos*, também o é para este artigo que desenvolve um estudo sobre a memória individual e coletiva nos relatos de famílias ribeirinhas da Volta grande do rio Xingu, atingidas pela construção da barragem do Complexo Hidrelétrico do Xingu, região da Transamazônica, norte do Brasil. Com esse barramento, a Volta Grande do rio Xingu será atingida diretamente, seja com alagamento, seja pela seca do rio. A identidade dessas famílias marcada pela própria dinâmica da vida ribeirinha se manifesta nos modos de plantar, colher, pescar, de se alimentar, nos momentos de lazer, nas manifestações religiosas, bem como nas suas diferentes formas de sociabilidade. Essa população se relaciona de forma ontológica com os recursos naturais, principalmente com o rio. As mudanças que se intensificam como consequência dos impactos causados pela construção do Complexo Hidrelétrico do Xingu revelam-se em relatos dos moradores das áreas afetadas. Entre uma lembrança e outra, esses relatos enumeram alterações brutais nas relações sociais e culturais ocasionadas pelo processo de deslocamento a que são submetidos os atingidos pela barragem, bem como identificam a noção de território, no que se refere a espaço dominado por algum tipo de poder, que vincula questões de ordem política e social. Trata-se, portanto, de um método dialético que busca compreender a decomposição do espaço na destruição da estrutura social e da memória coletiva de um grupo. Essa dialética pode ser identificada em diferentes vozes discursivas de moradores das áreas ribeirinhas da Volta Grande do Xingu, atingidas pela construção da Hidrelétrica de Belo Monte:

[...] A gente tá deixando muita coisa, primeiro nossa história, eu nasci aqui. Meu umbigo foi cortado aqui, através de parteira. Nós temos o cemitério onde está os restos mortais dos nossos parentes e tudo isso vai ficar pra traz. Pra nós isso é triste ter que deixar eles aí. Tudo bem, é uma pedra são ossos, mas é o que a gente gosta. Eles estão ficando aí e a nossa história vai deixar de existir. Outro dia comentando com os meus irmãos, aqui lembrando a nossa infância, hoje a gente lembra porque alguma coisa faz a gente lembrar e se a gente sair daqui a gente vai esquecer disso. Quando nós perdemos nosso irmão a vontade foi de vender o lote e ir embora daqui. Mas como ele foi sepultado aqui a gente não quis deixar ele aqui. E agora a gente vai ter que deixar. Não é por querer e ele vai ficar aí pra traz e a gente não queria

deixar, daqui a gente não queria sair. E existe uma história que eles vão retirar, e tá todo mundo quietinho, lá no seu lugar. E vamos ter que sair por causa desse projeto que diz que é progresso, que pra nós não tem nada de progresso, só destrói. (Sr. Manoel, morador da Ilha da Fazenda)

A fragmentação da sequência do relato revela a impossibilidade da recuperação da memória por inteiro. Admite-se que as imagens fissuradas foram preenchidas com fios da experiência adquirida ao longo do tempo vivido, num determinado espaço geográfico, acrescidos às lembranças que o sujeito consegue localizar no espaço da memória. Na busca do passado e no preenchimento dos vazios não recuperados, ocorre o encontro entre memória coletiva e memória individual em que o sujeito passa a enumerar e compreender o que representa a perda de um pedaço de sua história individual e coletiva, quando afirma “a nossa história vai deixar de existir”. Ao referir o pronome “nossa” o sujeito vai recorrer à memória coletiva. E para tanto, não basta evocar a memória do ‘outro’, uma vez que

para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum.
(HALBWACHS, 2006, p. 39)

Sob essa perspectiva, a perda ou acréscimo de um fio no tecido da lembrança, ou o apagamento de uma imagem nesse mesmo tecido como se pode acompanhar no seguinte fragmento, na voz do Sr. Manoel “outro dia comentando com os meus irmãos, aqui lembrando a nossa infância, hoje a gente lembra porque alguma coisa faz a gente lembrar e se a gente sair daqui a gente vai esquecer disso”, confirmam que a constituição da memória de um indivíduo é uma combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais ele participa e sofre influência seja na família, em um grupo de amigos ou em diferentes ambientes de convivência. O indivíduo participa então da memória individual e memória coletiva. E isso ocorre na medida em que “o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias que o indivíduo não inventou, mas que toma emprestado de seu ambiente” (HALBWACHS, 2006, p. 72).

Entre esse fio tênue que separa memória individual e memória coletiva, encontramos a teoria de Walter Benjamin. Para esse teórico, a memória resulta do descontínuo de momentos vividos que ele considera como “encontro secreto que só se deixa fixar como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido” (BENJAMIM, 1994, p. 201). Na perspectiva de Benjamin, “fica o que significa” no cenário de imagens fragmentadas e descontínuas que permitem à memória do sujeito recorrer a outros sujeitos. Mas não se pode perder de vista que o próprio sujeito da reminiscência se refrata no “outro” de quem fala, emprestando a um suposto **outro**, suas próprias lembranças, como ocorre nesse trecho da entrevista: “outro dia comentando com os meus irmãos, aqui lembrando a nossa infância, hoje a gente lembra porque alguma coisa faz a gente lembrar e se a gente sair daqui a gente vai esquecer disso”. No tempo concreto do presente de sua própria existência, o processo de refração pode ser compreendido como uma tentativa do sujeito em assegurar sua própria corporeidade. Nessa perspectiva vale recorrer à Lúcia Castelo Branco em *A traição de Penélope* quando discute a existência do sujeito, no espaço e tempo da representação

situando-se como um **eu** ‘real’, que apenas momentaneamente recua da esfera do vivido, do ‘lá fora’ do mundo para o interior do livro de memória, o sujeito, na solidão de quem se dirige a um **tu** silencioso, desenha uma

forma, assume uma função, expressa afetos e temores, na ilusão de, pela exibição reiterada de sua cena textual, adquirir existência. Nesse movimento, já se pode entrever um percurso que vai de **um** a **outro**, do **eu** ao **tu**, aparentemente não mais que em qualquer gesto de escrita (afinal escreve-se sempre para alguém), mas, na verdade, mais que em outros gestos de escrita, já que não se trata apenas de escrever, mas de escrever-se e, para garantir sua existência, o **eu** precisa sempre de um **outro**, de um **tu** que o suporte. CASTELO BRANCO (1994, p. 45).

2. Dissociação entre matéria e espírito, segundo Bergson

Examinado por este ângulo, o depoimento do Sr. Manoel, morador da Ilha da Fazenda aponta a dificuldade do sujeito em localizar lembranças, escolher imagens, realizar combinações, criar molduras e colocar tudo nos devidos lugares. Mais do que recordar, o sujeito da lembrança sente necessidade de reconstituir o universo que o circunda, o que significa vencer as intercessões de tempo e de espaço. Só assim, será capaz de reunir fragmentos do passado, no presente, na busca de acontecimentos vividos como ocorre quando localiza essa lembrança: “quando nós perdemos nosso irmão, a vontade foi de vender o lote e ir embora daqui. Mas como ele foi sepultado aqui a gente não quis deixar ele aqui.”

Mais do que ver o reflexo de si mesmo no espaço que ocupa, o sujeito quer transpor a distância que o impede de vencer todas as intercessões de tempo e de espaço que tornam possível a reconstituição de um fragmento do passado, no presente. Admitindo-se essa possibilidade, é preciso considerar a dissociação entre matéria e espírito, uma vez que a lembrança representa precisamente “o ponto de intercessão entre o espírito e a matéria”. E é o próprio Bergson quem chama a atenção para esse afastamento ao afirmar que desde que pedimos aos fatos indicações precisas para resolver o problema da dissociação entre matéria e espírito, é para o terreno da memória que nos vemos transportados. “Isso era de se esperar, pois a lembrança [...] representa precisamente o ponto de intercessão entre o espírito e a matéria” (BERGSON, 1999, p. 5).

Nesse contexto, o sujeito organiza um processo de seleção de imagens com as quais pretende articular passado e presente. No entanto, não se pode perder de vista que, mesmo orientadas pela rememoração do sujeito, as imagens da reminiscência apresentam lacunas do tempo não recuperado. Essas lacunas, quando preenchidas com fragmentos de experiências, misturam diferentes instâncias temporais. Trazidas de um passado distante para o presente, as lembranças promovem o encontro com outros sujeitos. Ao estudar a memória auto-biográfica nas obras de Graciliano Ramos e Silviano Santiago, Wander Melo Miranda (1992) dedica um capítulo ao estudo da Memória no qual trata da diferença entre as proposições “esquecer para lembrar” e “esquecer de lembrar”. Segundo esse estudo, a memória operadora do Mesmo impõe ao sujeito que lembra “a consciência” (falsa) da sua plenitude e autonomia, condenando-o a refazer o tecido de sua história sempre com os mesmos fios de um único e imutável trançado, o qual, por não conter os fios que o outro tece, é irremediavelmente alienante (MIRANDA, 1992, p. 120). No pólo oposto, o da memória operadora da diferença, sugere o autor: “lembrar é descobrir, desconstruir, desterritorializar – atividade produtiva que tece com as idéias e imagens do presente a experiência do passado” (MIRANDA, 1992, p. 120).

Na perspectiva da “memória operadora do Mesmo” é possível identificar o sujeito que avalia a perda de fios de sua própria história, embora sob o efeito da “consciência (falsa) da sua plenitude e autonomia”, recusa-se a “refazer o tecido de sua história sempre com os mesmos fios de um único e imutável trançado”. Assim, o sujeito, apenas parcialmente sob o efeito da “memória operadora do Mesmo”, seguro de que pode reconstituir o passado, no presente, aciona a memória operadora da diferença. “A gente tá deixando muita coisa,

primeiro nossa história, eu nasci aqui meu umbigo foi cortado aqui, através de parteira. Nós temos cemitério onde está os restos mortais dos nossos parentes”.

Dessa forma, na memória do sujeito (o sr. Manoel) ocorrem dois movimentos: no primeiro – que corresponde ao fluxo do tempo entre o recuo ao passado e o retorno ao presente – os fragmentos recuperados pela memória concedem ao sujeito do presente, a ilusão de que é o sujeito das lembranças; no segundo movimento, o recuo da memória desentranha do passado diferentes experiências adquiridas em temporalidades distintas, permitindo-lhe a reinvenção do passado e do presente no tempo da memória “Eles estão ficando aí e a nossa história vai deixar de existir”. Desse reencontro com o passado, surgem as primeiras lembranças cuidadosamente organizadas que resultam do processo da “memória operadora da diferença” de que fala o texto de Wander sobre a atividade produtiva que tece com as idéias e imagens do presente as experiências do passado. Nesse sentido, quando o sujeito da lembrança rememora a morte do irmão: “Quando nós perdemos nosso irmão a vontade foi de vender o lote e ir embora daqui. Mas como ele foi sepultado aqui a gente não quis deixar ele aqui” realiza-se o encontro entre dimensões temporais, ao mesmo tempo em que ocorre a atualização da memória histórica que anuncia a condição social do sujeito que se expressa no âmbito da memória coletiva – ato presente da escrita do passado – determinando o lugar da enunciação. A informação de que “existe uma história que eles vão retirar, e tá todo mundo quietinho, lá no seu lugar”, denuncia um aspecto histórico, recriado como um acréscimo da experiência do sujeito, no presente que atualiza a memória do passado. Ou, é possível, ainda, que no momento de organizar, escolher, imaginar e combinar lembranças, esse detalhe não mereceu relevância na memória do sujeito figurando, apenas, como ponto de referência e não propriamente uma referência histórica. Reconstituindo a história, o discurso apresenta um desdobramento: reproduz o sentimento de reprovação, gravado na memória coletiva e registra no imaginário social a dramaticidade da situação “vamos ter que sair por causa desse projeto que diz que é progresso, que pra nós não tem nada de progresso, só destrói”.

3. O discurso literário

Ao acompanhar e examinar esse depoimento *monumentum*, é impossível não lembrar do escritor Dalcídio Jurandir que, ao recriar o mundo marajoara, na ficção, denuncia os grandes projetos criticando as transformações e deformações causadas às histórias das populações atingidas. “Só tenho a temer é a manipulação de Marajó pelos ‘planos’ que visam ao enriquecimento de poucos e a miséria maior da gente marajoara.” (JURANDIR apud MORAES, 1976). No romance *Marajó*, o escritor denuncia a opressão a que a população do Marajó é submetida:

O povo foi proibido de pegar peixe no rio Abaí, que atravessa as terras do Dr. Manuel Coutinho, pai de Missunga. O administrador mandou dois vigias na boca e no meio do rio contra quem se atreva a pescar. [...] Que os peixes apodrecessem, a ordem era para que os vigias atirassem com seus rifles se vissem o povo pescar.

O fragmento do romance *Marajó* (p. 341) revela o rio Abaí interditado para a pesca, destinando-se ao uso exclusivo das manadas como bebedouro: A água do Abaí era para os bois beberem. O dono da terra era também o dono de tudo: “dono daqueles campos imensos, dono das malhadas, dono dos jacarés, das marrecas, das onças, das cascavéis, dos tracajás e dos rios que cortavam suas terras” (*Marajó*. p. 336). O garoto Missunga deu lugar ao fazendeiro opulento como fora seu pai – Coronel Coutinho, que enquanto vivia e reinava, “era dono daquele rio, daquela terra e daqueles homens calados e sonolentos que, nos toldos das

canoas, ou pelas vendas, esperavam a maré para içar as velas ou aguardavam quem lhes pagasse a cachaça” (*Marajó*. p. 18).

Na ficção, a atitude do novo coronel Coutinho significa uma ameaça à sobrevivência de famílias inteiras que dependiam da pesca de anzol e tarrafa, atividade vital para a região como meio e produto de subsistência, visto que a relação do povo marajoara com a pesca é histórica, como é, também, a relação da população ribeirinha da Volta grande do Xingu, com os recursos naturais, principalmente com o rio.

Retornando ao plano da enunciação, no romance *Marajó* entende-se que a interdição do rio Abaí denuncia, entre outras coisas, a interdição de bens coletivos como um ato recorrente por parte dos “Coronéis”, grandes proprietários de terras, na Ilha do Marajó, que se sentem donos de tudo, até mesmo de um bem que, por princípio, pertence a todos. No momento em que se estabelece uma estreita relação entre o que ocorre na ficção de Dalcídio Jurandir e o relato Sr. Manoel, morador da ilha da Fazenda, admite-se que os dois discursos guardam os sinais do passado de uma sociedade, ou de um grupo.

Enquanto o depoente se ocupa em localizar, selecionar e reunir lembranças para atender ao entrevistador, surge uma reelaboração da história do empreendimento que se apresenta na perspectiva da memória coletiva que se confunde com a memória individual caracterizando o *monumentum* de que fala Le Goff. Essa afirmação encontra eco no estudo sobre os materiais da memória coletiva e da história, de Jacques Le Goff, para quem:

o monumentum é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. [...] Desde a antiguidade romana o monumentum tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte. O monumentum tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos. (LE GOFF, 1996 p.535-536).

Como testemunha de um momento histórico, o autor do discurso, aqui chamado de depoente, evoca e convoca outros sujeitos extraídos de sua própria memória, na tentativa de recuperar a história, já em franco processo de apagamento e em cujas fissuras se encontram temporalidades diferentes. Nesse sentido, a pluralidade temporal muitas vezes impossibilita a identificação da autoria que se “desdobra em *eus* reversíveis” (MIRANDA, 1992, p. 67), de acordo com o espaço e o tempo da representação.

Na memória do sujeito, a lembrança do passado retorna como matéria viva do que **já se foi** construído para **vir a ser** na bagagem da memória futura de quem lembra. No entanto, nada disso existiria sem a participação efetiva da deusa da memória. Com o auxílio de Mnemosyne, a descrição que acomoda signos do mundo ribeirinho representa um recurso da narração cuja importância é fundamental para a constituição do sujeito. Na obra *História e narração em Walter Benjamin*, Jeanne Marie Gagnebin assinala a importância da narração para a constituição do sujeito que inevitavelmente está atrelada ao processo de rememoração (GAGNEBIN, 1999, p. 3). Apropriando-me dessa afirmação vigorosa sobre a importância da narração, na constituição do sujeito, acrescentaria ao discurso de Gagnebin, no que diz respeito à importância da narração, a importância do sentimento de perda de “pedaços da história, antes da própria narração em que o sujeito inicia a urdidura de um tecido onde os fios da trama se mesclam e se cruzam durante a batalha do fazer lembrar para não esquecer que

reúne dois planos distintos: no primeiro, as lembranças do passado fragmentado; no segundo, o presente da enunciação que abriga fragmentos de imagens recuperadas.

Nessa perspectiva, o sujeito rompe as tradicionais concepções acerca da memória e da linearidade do tempo ao construir uma estratégia para acrescentar, em apenas uma entrevista, um pouco de suas incertezas e angústias, numa combinação de signos que desenham um espaço em decomposição.

A relação entre diferentes temporalidades do vivido no espaço ribeirinho, capturadas no processo da reminiscência, resulta de um trabalho de tecelagem no qual não basta um fio de Ariadne localizador da lembrança, mas ao contrário. É preciso desenrolar fios de meadas diversas. Desfiar o tecido de muitas memórias e transformá-lo “numa urdidura sempre renovada, refeita, recriada, que não se encerra na busca do **eu** perdido por uma subjetividade onipotente” (BOSI, 1994, p. 413) com possibilidades de novas recriações.

4. O discurso da história X discurso literário

Com o objetivo de estabelecer relações entre diferentes noções de espaço em decomposição, chega-se ao Cartório de Registro de Imóveis do município de Soure, na Ilha do Marajó. Em meio a Escrituras de terras, Registros de Imóveis, Cartas de Alforria e tantos outros documentos, surgem as primeiras conexões entre os diferentes discursos que registram o desaparecimento da memória coletiva, na perspectiva de Maurice Halbwach. Mas foi na Câmara Municipal do município de Soure, entre os arquivos dos últimos cinquenta anos, que foi possível estabelecer aproximação entre diferentes contextos. Um acontecimento, registrado em forma documental, específica, tornou possível a realização de um diálogo entre muitas vozes e diferentes discursos. Um requerimento assinado pelo Vereador Paulino Pereira Lima, datado de 02 de agosto de 1955, ao Presidente da Câmara dos Vereadores do município de Soure, na Ilha de Marajó:

Exmo Snr. Presidente da Câmara Municipal de Soure Senhores Vereadores: Cumprindo os ditames de minha consciência, estribado nos motivos que me trouxeram a esta casa, como representante do povo desta terra, é que tenho a oportunidade de trazer ao conhecimento deste plenário de um fato a se consumir tal qual como me foi revelado, constituirá devéras um panorama entristecedor e de miserias a centenas de famílias que habitam as margens ribeirinhas de nossa Costa e Igarapés, empregando como meio de vida e pescaria que nós conhecemos como Currais ou Cacuris. Pois bem meus senhores, é este o fato que me reporto acima. Ontem esteve nesta cidade o Excelentíssimo Representante do Snr. Capitão dos Portos do Pará, e segundo me informaram, deixou ordens expressas ao Capataz da Capitania aqui sediado, intimar a todos os curralistas para dentro do prazo de dez dias, e 30 retirarem os seus currais ora senhor presidente e senhores Vereadores, não pudemos protestar com veemencia, por que infelizmente é um dispositivo legal, mais sim, dirigirmos o nosso apelo e pedido de comisseração, ao senhor Capitão dos Portos, em favor dessa gente pobre que desconhecendo aquele dispositivo fazem dessa pescaria meio de vida, como tenho exemplo a dar, com os habitantes de Cajuunha, Pesqueiro e Araruna que em sua maior parte se mantém da pescaria de currais, e assim sendo pesso permissão a vossas excelencias para apresentar a este plenário o seguinte requerimento-apelo: Requeiro que seja com a maxima brevidade endereçaado ao Exmo Senhor Capitão dos Portos do Pará o nosso apelo, no sentido de – 1º a ser verdadeira a causa que motivou este requerimento seja, por medida de humanidade sustado o praso de dez dias e 30, estipulado aos diversos proprietarios de currais deste municipio. 2º sem desrespeito ou

desobediência aquelas determinações seja dilatado esse prazo até o fim desta safra ou seja até o mês de novembro do corrente ano; em virtude dos atingidos com esse dispositivo de lei serem constituídos de pessoas pobres e humildes, tendo os seus haveres empenhados naquilo que faziam meio de vida. 3º requeiro mais que seja oficiado ao Snr. Dr. Prefeito para que este seja portador do presente apelo. Sala das sessões da Câmara Municipal de Soure, 2 de agosto de 1955.

Vereador Paulino Pereira Lima¹

Se a memória reconstituída no depoimento do morador da Volta grande do Xingu (Sr. Manoel) remete ao discurso literário na ficção de Dalcídio Jurandir, no episódio da interdição do rio Abaí, os dois discursos remetem à História oficial na voz do vereador Paulino Pereira Lima, no *Requerimento Apelo*. Três vozes que se encontram num ponto de intercessão em que se destaca o drama social de populações ribeirinhas que, por razões diversas, são desalojados de seu território, em franco processo de decomposição ocasionado por mudanças indesejadas. As vozes de vários **sujeitos** cruzam-se nos caminhos que apontam os problemas sociais do povo e entram em tensão quando o tema é o espaço. Se por um lado, recriadas no discurso literário, as vozes clamam por justiça denunciando uma prática recorrente por parte dos coronéis do gado na Ilha do Marajó, de outro lado, reconhecido e legitimado pelo poder instituído, o apelo do vereador registra a voz que se eleva no discurso da História em favor do povo, mas sem força para trazer à superfície as memórias subterrâneas, sufocadas pelo poder do Estado. Apenas um apelo:

Exmo Snr. Presidente da Câmara Municipal de Soure Senhores Vereadores: [...] ora senhor presidente e senhores Vereadores, não pudemos protestar com veemência, por que infelizmente é um dispositivo legal, mais sim, dirigirmos o nosso **apelo e pedido de comisseração**, ao senhor Capitão dos Portos, em favor dessa gente pobre que desconhecendo aquele dispositivo fazem dessa pescaria meio de vida, como tenho exemplo a dar, com os habitantes de Cajuunha, Pesqueiro e Araruna que em sua maior parte se mantêm da pescaria de currais, e assim sendo pesso permissão a vossas excelencias para apresentar a este plenário o seguinte requerimento-apelo”.

Na outra ponta, a fragilidade do depoimento do Sr. Manoel, quase um desabafo em tom de derrota: “existe uma história que eles vão retirar, e tá todo mundo quietinho, lá no seu lugar”.

Conclusão

Este estudo, ao examinar diferentes discursos e diferentes sujeitos chama a atenção para a necessidade de registrar depoimentos que revelam um momento histórico responsável pela decomposição do espaço atingido pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Submetidos às influências da memória coletiva, da criação literária e da memória histórica, habilidades e experiências trazem à cena ressignificações do passado, nos espaços dos rios.

Mais do que testemunhas de um drama anunciado, os sujeitos reelaboram a efabulação que surge do coletivo, do universo da oralidade, integrando diferentes pontos de vista que se encontram e se distanciam, a um só tempo, ou em tempos diferentes. E assim,

¹ Este documento está reproduzido conforme escrita original. Câmara Municipal de Soure. *Requerimento/apelo*. Soure, 2 de agosto de 1955.

devidamente situadas no contexto de suas funções, as vozes se confundem no discurso oral, no literário e no histórico em que

Os fatos não testemunhados “perdem-se”, “omitem-se”, porque não costumam ser objeto de conversa e de narração, a não ser excepcionalmente. Assim, quando o sujeito os evoca, não vem o reforço, o apoio contínuo dos outros: é como se ele estivesse sonhando ou imaginando (BOSI, E. 1994, p. 67).

Referências bibliográficas

- BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. Obras escolhidas, v. 1.
- _____. O narrador. In: BENJAMIN, W.. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. Obras escolhidas, v. 1.
- BERGSON, H. *Matéria e memória*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CASTELLO BRANCO, L. *A traição de Penélope*. São Paulo: Annablume, 1994.
- GAGNEBIN, J. M. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- HALBWACHS, M. *A Memória coletiva*. Trad. Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.
- JURANDIR, Dalcídio. *Marajó*. Belém: CEJUP, 1992.
- LE GOFF, J. *História e memória*. 4. ed. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: UNICAMP, 1996.
- LIMA, Paulino Pereira (vereador). *Requerimento/apelo*. Requerimento apelo à Câmara Municipal de Soure, 1955. (Sessão da Câmara Municipal de Soure, em 2 ago. 1955).
- MIRANDA, W. M. *Corpos Escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago*. Belo Horizonte: UFMG, 1992.
- SALLES, Vicente. Chão de Dalcídio. (Posfácio). In: JURANDIR, Dalcídio.